

CAUSA PÚBLICA



# CAUSA PÚBLICA

Coordenação de Rita Marnoto

INSTITUTO DE ESTUDOS ITALIANOS  
DA FACULDADE DE LETRAS  
DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Título: *Causa Pública*

Coordenação e tradução: Rita Marnoto

Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra/Instituto de Estudos Italianos  
da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Série: “Leonardo”, 6

Coordenação da Série “Leonardo”: Rita Marnoto

Design e produção editorial: FBA

Impressão e acabamento: Tecniforma – Oficinas Gráficas, SA

Data de edição: 2011

ISBN: 978-989-26-0130-4

Depósito Legal: 338793/12

Conteúdos sujeitos a avaliação por especialistas

A Série Leonardo encontra-se indexada na EBSCO

## INTRODUÇÃO

O SEXTO VOLUME DA SÉRIE LEONARDO assinala a confluência entre duas datas. No passado ano de 2010, foi comemorado em Portugal o centenário da instauração da República (1910-2010), ao passo que no presente ano de 2011 estão a ser celebrados os 150 anos da Unificação política de Itália (1861-2011).

Sob o título de *Causa pública*, aqui se reúne um conjunto de ensaios em torno de uma reflexão sobre a essência conceptual do domínio público que conta com contributos provenientes de vários domínios disciplinares. Os trabalhos críticos que neste volume são compilados estendem-se do âmbito da língua (Omar Calabrese, Rita Marnoto) ao da literatura (Armando Gnisci, Clelia Bettini), da história das instituições (Giuseppe Galasso, Massimo Morigi, Marco Gomes, Nando dalla Chiesa) e ao campo específico das relações entre Portugal e Itália, no âmbito da história e da ideologia literárias (Jorge Pais de Sousa) e do Direito (Rui Manuel de Figueiredo Marcos). A matriz bilingue da veste linguística dos textos vai ao encontro dos leitores que têm vindo a mostrar o seu interesse por esta colecção.

A proveniência dos ensaios é diversa. Alguns deles resultam de projectos de colaboração internacionais com Universidades italianas. Outros, estão mais directamente ligados a conferências que foram proferidas no âmbito dos Estudos Italianos da Faculdade de Letras de Coimbra, nomeadamente no VI Encontro de Italianística, em 2010, “A República em Itália. Rupturas e Continuidades”.

Mas este sexto volume da Série Leonardo marca a passagem a um novo modelo editorial, em colaboração com a Imprensa da Universidade de Coimbra. A partir de agora, à versão em papel acrescenta-se a informatizada, no propósito de mais directamente chegar até um público que se interessa por matérias de italianística.

Ao Director da Imprensa da Universidade de Coimbra, Senhor Doutor Delfim Leão, são devidos agradecimentos pela abertura com que concebeu este projecto e pela dedicação com que o pôs em prática. Aos colaboradores nesta *Causa pública*, fico muito grata pela disponibilidade em todos os momentos manifestada.

RITA MARNOTO

# O ITALIANO, UMA LÍNGUA PARA A ITÁLIA UNIDA

RITA MARNOTO

A CONSTITUIÇÃO é, como se sabe, um texto normativo de base para o estabelecimento da língua oficial de um país. Assim, a Constituição da República Portuguesa<sup>1</sup> afirma, no ponto 3.º do seu Artigo 11.º (Símbolos nacionais e língua oficial), que “A língua oficial é o português”. Para além disso, o valor patrimonial da língua portuguesa é declarado em vários passos do seu articulado<sup>2</sup>. Aliás, esta situação encontra paralelo na Constituição de muitos outros países. Assume particular relevo naqueles casos em que os fenómenos de variação e as variedades linguísticas têm uma expressão forte, como é o caso da Alemanha.

Neste contexto, a situação italiana afigura-se bastante singular, tendo em linha de conta que a Constituição da República Italiana não explicita qual a sua língua oficial<sup>3</sup>. O que não impede, porém, que no seu texto

<sup>1</sup> Decretada pela Assembleia Constituinte na sessão plenária de 2 de Abril de 1976. As últimas alterações foram introduzidas pela VII Revisão Constitucional, cujo texto oficial foi publicado no *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 155, de 12 de Agosto de 2005. Ver <http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx> (Agosto-2011).

<sup>2</sup> Assinalem-se, no Artigo 9.º (Tarefas fundamentais do Estado), “f) Assegurar o ensino e a valorização permanente, defender o uso e promover a difusão internacional da língua portuguesa”; e o Artigo 78.º (Fruição e criação cultural), “2. Incumbe ao Estado, em colaboração com todos os agentes culturais: [...] c) Promover a salvaguarda e a valorização do património cultural, tornando-o elemento vivificador da identidade cultural comum; d) Desenvolver as relações culturais com todos os povos, especialmente os de língua portuguesa, e assegurar a defesa e a promoção da cultura portuguesa no estrangeiro”.

<sup>3</sup> O fim da monarquia e o nascimento da República Italiana foram sancionados pelo referendo realizado a 2 de Junho de 1946. A nova Constituição foi publicada em 27 de Dezembro de 1947 e entrou em vigor a 1 de Janeiro do

fiquem consagrados direitos de vária ordem no âmbito da expressão linguística, nomeadamente os que dizem respeito a grupos específicos.

Logo no Artigo 3.º, é reconhecida a paridade dos cidadãos perante a lei, sem distinção de língua, sexo, etc.<sup>4</sup>. Por sua vez, no Artigo 6.º estipula-se a tutela das chamadas minorias<sup>5</sup> linguísticas<sup>6</sup>. Além disso, o célebre Artigo 116.º outorga um estatuto especial às regiões de Friuli Venezia Giulia, Sardenha, Sicília, Trentino-Alto Adige/Südtirol (Trento e Bolzano) e Valle d’Aosta/Vallée d’Aoste, regulado por legislação própria, que lhes confere direitos especiais, também no campo linguístico<sup>7</sup>.

É o Decreto-lei n.º 482, de 15 de Dezembro de 1999<sup>8</sup>, a declarar, no ponto 1 do seu Artigo 1.º, que a língua oficial da República de Itália

ano seguinte. As designações por vezes utilizadas de Primeira e de Segunda República, para distinguir dois períodos que têm por zona de fronteira o saneamento institucional ocorrido na década de 1990, baseiam-se numa distinção que não é rigorosa, porquanto a Constituição da República de Itália se manteve, salvaguardadas as suas revisões, ao longo de uma linha de continuidade que se estende até ao tempo presente. Para o texto da Constituição de 1947, ver [http://it.wikisource.org/wiki/Italia,\\_Repubblica\\_-\\_Costituzione,\\_testo\\_originale#TITOLO\\_VLE\\_REGIONI.2C\\_LE\\_PROVINCIE.2C\\_I\\_COMUNI](http://it.wikisource.org/wiki/Italia,_Repubblica_-_Costituzione,_testo_originale#TITOLO_VLE_REGIONI.2C_LE_PROVINCIE.2C_I_COMUNI) (Agosto-2011); e para o texto actualmente em vigor, ver <http://www.governo.it/Governo/Costituzione/disposizioni.html> (Agosto-2011).

<sup>4</sup> “Tutti i cittadini hanno pari dignità sociale e sono eguali davanti alla legge, senza distinzione di sesso, di razza, di lingua, di religione, di opinioni politiche, di condizioni personali e sociali”.

<sup>5</sup> A designação de minoria, usada em muitos campos, é imprópria, ao confundir critérios quantitativos com critérios de valor, pelo que muito facilmente se presta a manipulações numéricas, qualitativas e de amostragens.

<sup>6</sup> “La Repubblica tutela con apposite norme le minoranze linguistiche”.

<sup>7</sup> “Il Friuli Venezia Giulia, la Sardegna, la Sicilia, il Trentino-Alto Adige/Südtirol e la Valle d’Aosta/Vallée d’Aoste dispongono di forme e condizioni particolari di autonomia, secondo i rispettivi statuti speciali adottati con legge costituzionale”.

<sup>8</sup> Publicada na *Gazzetta Ufficiale*, n.º 297, de 20 de Dezembro de 1999. Ver <http://www.parlamento.it/parlam/leggi/99482l.htm> (Agosto-2011). O italiano é também língua do Estado do Vaticano (juntamente com o latim), da República de S. Marino, da Suíça (com o alemão, o francês e o romanche), da Ordem de Malta, da Croácia (a seguir ao croato) e de algumas zonas dos Balcãs.



é o italiano. No entanto, o título conferido a essa medida legislativa evidencia bem, desde logo, que a sua incidência é de índole orgânica: *Norme in materia di tutela delle minoranze linguistiche storiche*. Da articulação dessa definição com uma vasta e complexa esfera de fenómenos, resulta, no quadro do direito internacional, uma das mais avançadas normativas, no respeito pelo plurilinguismo e na valorização e na tutela de outras línguas e de outras culturas:

Articolo 1

1. La lingua ufficiale della Repubblica é l'italiano.
2. La Repubblica, che valorizza il patrimonio linguistico e culturale della lingua italiana, promuove altresí la valorizzazione delle lingue e delle culture tutelate dalla presente legge.

Articolo 2

1. In attuazione dell'articolo 6 della Costituzione e in armonia con i principi generali stabiliti dagli organismi europei e internazionali, la Repubblica tutela la lingua e la cultura delle popolazioni albanesi, catalane, germaniche, greche, slovene e croate e di quelle parlanti il francese, il franco-provenzale, il friulano, il ladino, l'occitano e il sardo.

A partir daqui, o texto legislativo alarga-se na especificação de medidas no âmbito do ensino, da edição e de tantos outros campos da actividade cultural, através das quais são tuteladas quer as línguas estrangeiras faladas em Itália, quer as variedades linguísticas com implantação histórica.

As dificuldades que se colocam ao linguista, na construção de um quadro classificatório que sistematize a situação italiana, são exemplificadas pelas observações com que habitualmente se iniciam obras de referência ou de compilação dedicadas à matéria. Assim, por exemplo, no *Compendium of the World's Languages*<sup>9</sup>:

The vexed problem of distinguishing between 'languages' and 'dialects' arises more acutely in relation to the Romance vernaculares of Italy than in any other context in contemporary Europe.

<sup>9</sup> George L. Campbell, *Compendium of the World's Languages*, London/New York, Routledge, 1991, vol. 1, p. 251.

That there is a standardized, national, literary language known as ‘Italian’ is beyond dispute. [...] The problem arises in relation to the many regional vernaculars, some of which at least are considered by some to be languages and by others to be dialects. The relevance of dialectal writers for the history of Italian literature is well known and is especially true of the theatre: the most significant Italian playwrights have often used their native vernacular rather than standard Italian.

Além de focar a porosidade das relações entre língua e dialecto, este texto traz à colação outros factores de complexificação, como sejam a expressão literária e o uso do vernáculo nativo em alternativa ao italiano standard. Mas nem a definição de um italiano standard, nem a identificação do vernáculo nativo com uma linguagem diferente do italiano são lineares, como veremos.

É certo que o teatro, pelo tipo de comunicação directa que visa estabelecer com o público, atribui às variedades diatópicas uma importante função expressiva. Esse fenómeno tem plena actualidade, se o mais recente Prémio Nobel das letras italianas (1997), Dario Fo, intersecta no seu teatro variações linguísticas diacrónicas com fenómenos dialectais e linguagem dos *mass media*, numa corrosiva deformação que é explorada em sentido crítico. Diferentemente, a fase do teatro dialectal de Pirandello saldou-se pelas manifestas dificuldades comunicativas experimentadas perante um público que não era o da sua ilha natal, a Sicília, o que levou o dramaturgo a passar ao italiano. Mas o fenómeno em muito transcende a esfera do teatro. Recorde-se a artificiosa mistura de níveis de língua, variantes diatópicas heterogéneas, estrangeirismos, arcaísmos, gírias ou linguagens técnicas especializadas, na narrativa de Carlo Emilio Gadda; a recuperação do dialecto de Casarsa levada a cabo por Pier Paolo Pasolini, em âmbito lírico e por via filológica, um dialecto do Ocidente do Friuli que nunca falou; ou ainda o sucesso dos policiais daquele Andrea Camilleri que faz do dialecto siciliano veículo privilegiado de uma visão de irónico desengano.

O italiano é um código linguístico cujas realizações comportam variações que incidem sobre todos os seus planos, da fonética, à morfossintaxe ou ao léxico, de tal forma que a própria aplicação do conceito de norma tem vindo a suscitar muitas perplexidades.

O carácter altamente problemático e problematizante deste conjunto de dados, que se caracteriza por uma vincada incidência histórica, é sintetizado pela designação conceptual de *questione della lingua*. *Questione* em sentido aberto e como projecto que, ao indagar um processo em acto, incide sobre a própria *lingua*. Como tal, a densidade histórica que consigo carrega é uma das melhores chaves para a sua compreensão.

O primeiro tratado a explorar o carácter orgânico da língua vulgar<sup>10</sup>, através de considerações de ordem teológica, exegética, filosófica, retórica ou literária, é o *De vulgari eloquentia* de Dante Alighieri. Foi escrito nos primeiros anos do século XIV, mas ficou incompleto. Ao escolher o latim como língua veicular para uma obra que defende a língua vulgar e analisa o seu uso, Dante fez uma opção claramente estratégica. Na verdade, o público que primordialmente visava era constituído por aquele círculo de eruditos mais renitente em admitir o uso intelectual do vulgar, e que como tal lia exclusivamente latim. Já nesse tratado a grande diversidade dos vulgares que na época eram falados é descrita nestes termos<sup>11</sup>:

Quare autem tripharie principalis variatum sit, investigemus; et quare quelibet istarum variationum in se ipsa variatur, puta dextre Ytalie locutio ab ea que est sinistre (nam aliter Paduani et aliter Pisani locuntur); et quare vicinius habitantes adhuc discrepant in loquendo, ut Mediolanenses et Veronenses, Romani et Florentini, nec non convenientes in eodem genere gentis, ut Neapoletani et Caetani, Ravennates et Faventini, et, quod mirabilis est, sub eadem civitate morantes, ut Bononienses Burgi Sancti Felicis et Bononienses Strate Maioris.

Mas vejamos agora porque é que a língua de base se diferenciou em três ramos. E porque é que cada uma dessas variedades comporta diferenças dentro de si mesma, como o falar da parte direita da Itália e o da parte esquerda (por

<sup>10</sup> Os termos de *vulgar* ou *língua vulgar* designam uma língua usada numa certa região geográfica, resultante da gradual transformação de um latim vulgar; cf. Erich Auerbach, *Introduction aux études de philologie romane*, Frankfurt am Main, Klostermann, 1949.

<sup>11</sup> Dante Alighieri, *De vulgari eloquentia. Monarchia*, a cura di Pier Vincenzo Mengaldo e Bruno Nardi, Milano, Arnaldo Mondadori, 1996 [Classici Ricciardi-Mondadori], 1.9.4, pp. 74-75.

exemplo, os paduanos falam de um modo diferente dos pisanos), e também porque é que falam de maneira diversa pessoas que moram muito próximas umas das outras, como os milaneses e os veroneses, os romanos e os florentinos, e até populações afins, como as de Nápoles e as de Caieta [Gaieta], as de Ravena e as de Faenza, ou ainda, o que é mais espantoso, gente que mora numa mesma cidade, como os bolonheses de Borgo San Ferdinando e os bolonheses de Strada Maggiore.

A incisiva fragmentação do atlante linguístico e do xadrez administrativo peninsular não impedem Dante de identificar convictamente uma língua, o italiano, nas suas variedades diatópicas. Por paradoxal que pareça, é no seio dessa pluralidade que a situa. Desta feita, o autor do *De vulgari eloquentia* rasga vias primordiais para a compreensão da variação linguística italiana, nos termos em que hoje é concebida. Trata-se de uma situação caracterizada por um policentrismo que se estrutura através de valências múltiplas.

Na verdade, Dante considera a variação linguística como um processo natural, que liga qualquer linguagem falada a um tempo, a um espaço e a uma população, e como tal inerente à sua inevitável evolução<sup>12</sup>. Diverso é o caso do latim, língua que, em seu entender, é artificial e não sofre modificações por ser regulada através de normas gramaticais, ensinadas nas escolas. Sendo o vulgar, em geral, a língua que é espontaneamente usada desde o berço pelo mundo inteiro, na sua diversidade, considera-o mais nobre: *nobilior est vulgaris*<sup>13</sup>. Desta feita, Dante tem a ousadia de inverter uma relação hierárquica

<sup>12</sup> “Si ergo per eandem gentem sermo variatur, ut dictum est, successive per tempora, nec stare ullo modo potest, necesse est ut disiunctim abmotimque morantibus varie varietur, ceu varie variantur mores et habitus, qui nec natura nec consortio confirmantur, sed humanis beneplacitis localique congruitate nascuntur.”, *ib.*, 1.9.10, pp. 78-79 (“Se, portanto, a língua falada por uma mesma população muda gradualmente ao longo dos tempos, como ficou dito, e não pode de forma alguma permanecer igual a si mesma, daí resulta necessariamente que se diversifiquem, dos mais variados modos, as línguas daqueles que vivem separados e longe uns dos outros, à semelhança das variações de hábitos e de modas, coisas que não se estabilizam nem pela natureza, nem por um acordo comum, mas resultam das livres escolhas dos homens e da sua proximidade no espaço”).

<sup>13</sup> *Ib.* 1.1.4, pp. 32-33.

de incidência secular. Aliás, a dialéctica conceptual que sustém tão surpreendente conclusão é irrepreensível, porquanto firmada sobre o princípio aristotélico que prescreve a primazia da natureza sobre o artifício.

Às censuras que desfere contra o friulano, o milanês ou o romanesco, o autor da *Commedia* acrescenta ásperas críticas às variedades linguísticas usadas em Florença e na Toscana, que classifica como *municipais*, por se circunscreverem a um círculo comunicativo restrito. Contrapõe-lhes o apreço que manifesta pelo siciliano dos poetas reunidos em torno do imperador Frederico II e pelo bolonhês de Guido Guinizzelli. A língua que advoga, *ilustre, cardinal, áulica, curial* e literariamente nobilitada, é, pois, uma língua mista<sup>14</sup>.

Dante identifica catorze grandes variedades de vulgar faladas em Itália<sup>15</sup>. Ao longo dos séculos, as propostas de configuração do mapa dialectológico italiano foram-se multiplicando, e o seu desenho, na actualidade, está longe de ser consensual, gerando mesmo uma certa controvérsia. Mas as duas grandes isoglossas que o estruturam encontram-se bem definidas, o eixo Rimini - La Spezia, que acompanha os Apeninos setentrionais, e o eixo Nordeste - Sudoeste entre Ancona e Roma, que em parte segue o percurso do rio Tibre. Ficam assim delimitadas três grandes áreas dialectais, a setentrional, a central e a meridional.

A partir daqui, vários são os recortes possíveis. Remeto para um quadro dialectal que leva a chancela de muitas instituições de ensino italianas. É apresentado num dos manuais actualmente mais utilizados

<sup>14</sup> Ver *ib.*, 1.11 ss.

<sup>15</sup> Para uma descrição de conjunto da variação linguística em sentido diatópico e diacrónico, a *Historische Grammatik der Italienischen Sprache und ihrer Mundarten* (Bern, A. Francke AG, 1949, 3 vols.; trad. Salvatore Persichino, *Grammatica storica della lingua italiana e dei suoi dialetti*, Torino, Einaudi, 1966, 3 vols.) de Gerhard Rohlfs continua a ser um óptimo instrumento de trabalho. Numa perspectiva mais recente de cariz sócio-linguístico, ver *Introduzione all'italiano contemporaneo. La variazione e gli usi*, a cura de Alberto A. Sobrero, Bari, Laterza, 2004, 10.<sup>a</sup> ed.; *Introduzione all'italiano contemporaneo. Le strutture*, a cura de Alberto A. Sobrero, Bari, Laterza, 2005, 8.<sup>a</sup> ed.; ver também a respectiva bibliografia.

nas Escolas Superiores e nas Universidades, *Il filo rosso*<sup>16</sup>. São sete as áreas dialectais que nas suas páginas são enumeradas:

1) Os dialectos galo-itálicos (Piemonte, Ligúria, Lombardia, Emilia Romagna). Resultam da latinização das populações celtas que, a partir do VI séc. a. C., foram ocupando esses territórios, anteriormente habitados por lígures e etruscos. Esses dialectos, a Nordeste, encontram-se ligados por relações de continuidade transfronteiriça com os dialectos alpinos provençais (ou, mais propriamente, occitanos) e franco-provençais (segundo a designação oitocentista de Isaia Ascoli, à qual se tende a preferir, na actualidade, a de arpitanos).

2) Os dialectos vénetos (Véneto e Trentino). Partilham com os dialectos galo-itálicos características comuns a todos os dialectos setentrionais.

3) O ladino e o friulano (Dolomiti e Friuli). Dante, no *De vulgari eloquentia*, notava a crueza do *Ces fas-tu*<sup>17</sup>. Têm a particularidade de formarem a segunda pessoa do singular em *-s*, e de fazerem o plural também em *-s*.

4) Os dialectos toscanos (Toscana). São nitidamente separados dos dialectos setentrionais pela isoglossa Rimini - La Spezia, e no âmbito dos dialectos centrais são dotados de uma forte especificidade. O substrato anterior ao latim é o etrusco, uma língua pouco conhecida mas que, por ser bastante diferente do latim, não favoreceu fenómenos de contaminação. São a base do italiano, apesar dessa identificação não ser linear, ao contrário do que muitas vezes se afirma de forma simplista. Neste mesmo grupo se insere o corso, ligado ao toscano arcaico.

5) Dialectos centro-meridionais (Lácio, Úmbria, Marcas, Abruzzo, Molise, Campania, Basilicata, Puglia setentrional, Calábria setentrional). Em toda esta vária área se verificam fenómenos comuns de modificação vocálica e consonântica.

<sup>16</sup> Marco Santagata/Laura Carotti/Alberto Casadei/Mirko Tavoni, *Il filo rosso. Antologia e storia della letteratura europea. 1.1. Duecento e Trecento*, Bari, Laterza, 2006, pp. 7-9. Esse quadro tem por referência Giovanni Battista Pellegrini, *Carta dei dialetti d'Italia*, Pisa, Pacini, 1977.

<sup>17</sup> *De vulgari eloquentia* 1.11.6, pp. 96-97 (“Que fazes tu?”).

6) Dialectos meridionais extremos (Sicília, Calábria meridional, Salento). Abrangem, além do território insular, franjas meridionais da Península Itálica. A sua absoluta diferenciação dos restantes dialectos italianos propulsionou uma forte consciência antropológica, a qual, associada a factores sociais, levou a um certo distanciamento em relação ao italiano.

7) Sardo (Sardenha). A Sardenha foi conquistada em 238 a. C. e o veículo linguístico da sua colonização foi um latim arcaico, anterior à modificação da quantidade e do timbre vocálicos. Ao longo dos tempos, o isolamento insular contribuiu para a sua evolução em sentido conservador.

Este quadro deixa em aberto muitos aspectos da distinção entre língua e dialecto. Numa perspectiva legal, o referido Decreto-lei n.º 482, *Norme in materia di tutela delle minoranze linguistiche storiche*, reconhece o estatuto de língua ao franco-provençal (1), ao friulano, ao ladino (3) e ao sardo (7), conforme se viu. No entanto, qualquer reflexão que vá para além dessa formulação taxativa fica envolvida numa rede de contingências quase insolúveis. A situação linguística italiana caracteriza-se, de facto, por uma enorme complexidade, decorrente da interpenetração orgânica de uma multiplicidade de factores e de um policentrismo cuja dinâmica implica constantes metamorfoses. Termos que revertem, afinal, naquele nó de questões já captado pela genialidade de Dante.

Tomando como referência um ponto de vista estritamente descritivo, a delimitação de línguas e dialectos, quer em termos relacionais, quer nas suas subespécies, é aleatória. A comparação sistémica não pode deixar de se confrontar com a fluidez das amostragens e com a própria intangibilidade da noção de semelhança linguística. Se o sardo tem afinidades com os dialectos toscanos, há dialectos que se podem considerar mais distantes do italiano do que de outras línguas românicas. O ladino e o friulano recobrem vários núcleos de falantes, sem que seja possível definir de forma peremptória uma norma única. A codificação em gramáticas e dicionários, bem como o uso literário, ou a respectiva possibilidade, não diferenciam com suficiente clareza os dialectos italianos das línguas. Poder-se-ia suster que a implantação geográfica do dialecto é mais circunscrita, a sua codificação menos restritiva, e que o seu léxico não inclui vocabulário científico e especia-

lizado. Contudo, tende-se a privilegiar, hoje em dia, factores de ordem antropológica e histórica.

Mesmo assim, não deixe de se ter presente que, no plano antropológico e sócio-linguístico, o franco-provençal, o friulano, o ladino e o sardo mantêm uma relação com o italiano semelhante à dos dialectos. Nas práticas linguísticas, o italiano tende a erigir-se, de forma mais ou menos estável, em língua de referência para um nível considerado alto ou para uma intercomunicação mais alargada. Além disso, a própria tendência para a homogeneização linguística, que anda associada a tantos factores, pode levar à submersão de identidades que ainda em tempos extremamente recentes eram dotadas de grande vitalidade. Os *grichi* de origem grega, falados em zonas circundantes das áreas urbanas de Reggio Calabria e de Lecce por cerca de 35 000 pessoas de comunidades dispersas, encontram-se hoje em processo de absorção pelos dialectos centro-meridionais, à semelhança do que aconteceu com variedades dialectais hoje extintas.

Há que reconhecer que o dialecto ou, de um modo mais geral, as variedades diatópicas, ainda não se libertaram totalmente, hoje, num dos países mais industrializados do mundo, do estigma e dos preconceitos que os associam ao limiar de pobreza e ao analfabetismo. Trata-se, na verdade, de uma visão marcada pela situação de miséria que dominou a Itália, em particular o Meridiano, na segunda metade do século XIX, e que depois foi retomada pelo triunfalismo fascista. A Itália foi objecto de duas grandes campanhas antidialectais, em 1890-1905 e em 1935-1942. Ambas serviram um programa político. No primeiro caso, está em jogo o intuito de fortalecer a unidade de uma entidade política recentemente criada, o Estado italiano, proclamado em 1861 por Vittorio Emanuele II, através da superação de divergências locais. A língua de toda a Itália vale, pois, como emblema do sucesso dessa empresa. No segundo caso, o objectivo de suturar as falhas de uma Unificação ainda a completar é posto ao serviço de desígnios totalitários. Numa atmosfera em que todos os actos do cidadão são vigiados, também a língua deve ser submetida a um apertado controle.

O processo histórico de formação das diversas variedades linguísticas italianas desenrola-se em paralelo, logo a partir da passagem do latim para os latins vulgares falados nas várias regiões de Itália, e depois para



os vulgares correlatos<sup>18</sup>. Cada uma dessas variedades é legítima herdeira do latim, do qual deriva através de uma evolução gradual e em continuidade. Não existe, portanto, uma hierarquização, como acontece quando a variação tem por charneira uma língua vulgar já formada, à qual mais facilmente pode ser atribuído um prestígio superior, como acontece noutras situações linguísticas da Europa.

A evolução dos latins vulgares para os vários vulgares italianos costuma ser situada entre os séculos VI e X, aproximadamente. Nos séculos IX e X, surgem os primeiros textos escritos, ligados a finalidades práticas. Mas este contínuo evolui através de sucessivas estratificações. As grandes áreas dialectais, tal como foram anteriormente apresentadas, coincidem com as zonas de ocupação dos povos que precederam os romanos. Estudos especializados mostram que várias características dos dialectos setentrionais os aproximam das línguas celtas, e algumas características dos dialectos centrais parecem aproximá-los do osco-umbro. Outros factores evidentes são as fronteiras naturais orográficas ou de relevo, a divisão administrativa e a repartição das dioceses medievais.

Até ao século XVI, a designação de vulgar serve para denominar variedades linguísticas utilizadas de forma autónoma, também literariamente. O incremento do seu uso anda intimamente ligado à produção e a actividades práticas de cariz comercial. Mas o vulgar que tem a primazia cronológica, no uso literário, é o siciliano, com o círculo de poetas que na primeira metade do século XIII gravitava em torno do imperador Frederico II<sup>19</sup>. A afirmação do toscano como

<sup>18</sup> À sinopse histórica de Bruno Migliorini, *Storia della lingua italiana*, introduzione di Ghino Ghinassi, Milano, Bompiani, 2007 [reed., 1.<sup>a</sup> ed. 1960], há acrescentar as mais recentes investigações que ficam contidas em *Storia della lingua italiana*, a cura di Pietro Trifone e Luca Serianni, Torino, Einaudi, 1993-1994, 3 vols.; ou apresentações gerais, como Ilaria Bonomi/Andrea Masini/Silvia Morgana/Mario Piotti, *Elementi di linguistica italiana*, Roma, Carocci, 2008 [reed.].

<sup>19</sup> Assinalem-se recentes pesquisas, em fase de desenvolvimento, no sentido da retrodatação e de uma possível expansão geográfica das primeiras experiências poéticas em vulgar; ver Alfredo Stussi, “Versi d’amore in volgare tra la fine del secolo XII e l’inizio del XIII”, *Cultura Neolatina*, 59, 1, 1999, pp. 1-69; Giuseppina Brunetti, *Il frammento inedito “Resplendente stella de albur” di*

veículo de expressão literária ocorrerá no século seguinte, com Dante e a *Commedia*, Petrarca e o *Canzoniere*, e Boccaccio e o *Decameron*. No entanto, a linguagem destes três escritores, as chamadas *três coroas*, está longe de ser uniforme. Gianfranco Contini, através de uma formulação que fez história, distinguiu o plurilinguismo e o pluri-estilismo de Dante do monolinguismo e do mono-estilismo de Petrarca<sup>20</sup>. A língua de Dante logo granjeou enorme prestígio em Itália e na Europa. Contudo, era como uma plataforma móvel, cujo sucesso só foi possível, na Itália do século XIV, em virtude do seu polimorfismo. A Petrarca, caberá um papel fundamental no campo gramatical e das escolhas fonéticas e lexicais, sobretudo para a poesia, ao passo que Boccaccio se virá a erigir em grande mestre da prosa. Mas será necessário esperar pelo século XVI para que o seu valor modelar se afirme plenamente.

A eleição do latim de Cícero como modelo, ao tempo do Humanismo, tem por contraponto as grandes flutuações que se registaram na evolução do vulgar durante todo o século XV. A este panorama, apôs Gianfranco Folena a célebre legenda de *crisi linguistica del Quattrocento*<sup>21</sup>. A operação de recuperação e revitalização das letras latinas iniciada por Petrarca e por Boccaccio foi continuada pelos grandes humanistas italianos do século XV e alargada também ao grego, num ambiente de alta erudição. Por sua vez, o vulgar era muito usado no âmbito administrativo e prático, e até em algumas chancelarias. Mas, neste caso, a inexistência de um padrão de referência propulsionou fenómenos de interferência, bem como a criação linguagens mistas que evoluíam em roda livre. Na comunicação inter-regional, foram privilegiadas as chamadas linguagens de *koine*, híbridos que funcionavam como uma espécie língua franca, resultantes do cruzamento entre

*Giacomino Pugliese e la poesia italiana delle origini*, Tübingen, Niemeyer, 2000; Rosario G. Coluccia, “La scuola poetica siciliana tra limiti cronologici e dislocazioni territoriali”, *Contributi di Filologia dell’Italia Mediana*, 14, 2000, pp. 25-45.

<sup>20</sup> Gianfranco Contini, “Preliminari sulla lingua del Petrarca”, *Varianti e altra linguistica. Una raccolta di saggi (1938-1968)*, Torino, Einaudi, 1984, pp. 169-192.

<sup>21</sup> Gianfranco Folena, *La crisi linguistica del Quattrocento e l’“Arcadia” di Sannazaro*, con una premessa di Bruno Migliorini, Firenze, Olschki, 1952.

elementos de proveniência latina, toscana e de implantação local, e como tal particularmente variáveis. Todavia, latim e vulgar de forma alguma eram campos extremados, se aqueles mesmos eruditos que estudavam as línguas antigas com rigoroso fervor filológico, dedicaram igual brio à edição e ao comentário de textos em vulgar, como é o caso do Cristoforo Landino editor da *Commedia*.

Deste panorama efervescente, ressalta a tentativa de hegemonia toscana capitaneada pela casa de' Medici, em duas grandes frentes estritamente relacionadas, uma política, outra linguístico-literária. A acção de Leon Battista Alberti, Angelo Poliziano e Lorenzo de' Medici, não só como governante mas também como intelectual e poeta, foi, a esse propósito, fundamental. O primeiro elaborou em 1440 uma gramática do florentino do seu tempo que deixou em manuscrito, portanto meio século antes da de Nebrija. Organizou também um concurso de poesia em vulgar sobre o tema da amizade, o *Certame coronario* de 1441. O mais directo veículo de difusão exterior desse programa foi, porém, a *Raccolta aragonese*, assim chamada por se tratar de uma compilação de poesia toscana oferecida em 1477 a Frederico de Aragão, o erudito filho do Rei de Nápoles. Precede-a uma carta escrita, segundo tudo leva a crer, por Angelo Poliziano e dedicada à exaltação do florentino.

Os motivos do falhanço desta campanha foram muitos, e um dos mais prementes é o apontado por Carlo Dionisotti, quando nota o desfasamento diacrónico entre os seus referentes<sup>22</sup>. Na verdade, a casa de' Medici visava uma actuação no presente, que identificava nos seus membros os governantes de um estado forte e no florentino contemporâneo a sua língua. Todavia, os grandes exemplos que trazia à colação, as três coroas, pertenciam a um passado com dois séculos de história e falavam uma língua bastante diferente da da Florença do século XV.

Só a partir da função codificadora desempenhada, no século XVI, pelo petrarquismo, se passa à efectiva afirmação do italiano literário, o que tem por correlato a designação dos restantes vulgares como dialectos. Esta mudança de estatuto não afecta a substância desses vulgares, que prosseguem a sua evolução ao longo de uma linha de continuidade ininterrupta.

<sup>22</sup> Carlo Dionisotti, *Geografia e storia della letteratura italiana*, Torino, Einaudi, 2009, reed.

Um dos grandes pilares da operação reguladora levada a cabo nos inícios do século, as *Prose della volgar lingua* editadas em Veneza, no ano de 1525, por Pietro Bembo, expõe, logo nas suas primeiras páginas, ambiciosos anseios comunicativos, a projectar do presente para um futuro, que são porém contrariados por uma desvairada quantidade de variedades linguísticas<sup>23</sup>:

[...] ciascun che scrive, d'esser letto desidera dalle genti, non pur che vivono, ma ancora che viveranno, dove il parlare da picciola loro parte e solo per ispazio brevissimo si riceve; il qual parlare assai agevolmente alle carte si manderebbe, se niuna differenza v'avesse in lui. Ora che, qualunque si sia di ciò la cagione, essere il vediamo così diverso, che non solamente in ogni general provincia propriamente e partitamente dall'altre generali provincie si favella, ma ancora in ciascuna provincia si favella diversamente, e oltre acciò esse stesse favelle così diverse alterando si vanno e mutando di giorno in giorno, maravigliosa cosa è a sentire quanta variazione è oggi nella volgar lingua pur solamente, con la qual noi e gli altri Italiani parliamo, e quanto è malagevole lo eleggere e trarne quello essemplio, col quale più tosto formar si debbano e fuori mandarne le scritture.

Neste passo, Pietro Bembo coloca uma questão de fundo, a variação linguística no seu alcance pragmático, pelo que diz respeito à incidência diatópica e diacrónica. Se, por um lado, são poucos os italianos de proveniência geográfica distinta que se conseguem entender, por outro lado, a comunicação sofre restrições temporais, em virtude das mudanças que continuamente se verificam. Por consequência, o autor das *Prose* interroga-se acerca das possibilidades de compreender, no futuro, o que então se escreve.

Tratava-se, pois, de eleger um código linguístico susceptível de funcionar como denominador comum, no registo escrito e para fins literários ou intelectuais. E o modelo foi Petrarca para a poesia e Boccaccio para a prosa. Com esta escolha, Pietro Bembo redime as fragilidades da tentativa de hegemonia cultural toscana levada a cabo no século anterior, estabelecendo uma ligação directa entre passado e futuro. Quer isto dizer que o modelo advogado não é o de uma variante linguística

<sup>23</sup> Pietro Bembo, *Prose e rime*, a cura di Carlo Dionisotti, Torino, Unione Tipografico-Editrice Torinese, 1992, n. ed., p. 74.

contemporânea, mas histórica, colhida nos fulgores do século XIV. Aliás, o primeiro grande exemplo de revisão linguística de uma obra no sentido da sua aproximação dos referidos modelos vem de fora da Toscana, com a *Arcadia* de Sannazaro<sup>24</sup>.

O italiano nasce então como língua literária. A Itália, enquanto unidade política, não existia, mas a instituição literária era dotada de uma tal força gregária, no plano antropológico, que foi a partir dela que se construiu um dos principais símbolos da identidade de uma nação, por sinal uma nação sem existência política: a língua.

A língua do Petrarca do *Canzoniere* reunia, em particular, todas as condições para se erigir em exemplo. O seu vocabulário era claro e homogéneo, com o privilégio de étimos latinos, a sua estrutura retomava a limpidez do toscano, e a escolha das sonoridades obedecia a princípios de refinada harmonia. E, no entanto, Petrarca só viveu na Toscana até aos oito anos, idade com que acompanhou a família nas vias do exílio.

A difusão e o uso literário da sua língua foram propulsionados, no século XVI, pela conjugação de uma série de factores<sup>25</sup>. O *Canzoniere* de Petrarca apresentava-se, por si, como um exemplo concreto, pronto para ser imitado. Mas o seu re-uso foi também facilitado por instrumentos de mediação, como a gramática, o rimário, o repertório de temas, o dicionário de figuras de retórica, etc., que tiveram um enorme êxito editorial, numa fase de franca expansão da imprensa. Às sucessivas edições do *Canzoniere*, cerca de duas centenas ao longo do século XVI, veio-se acrescentar, na segunda metade da centúria, uma outra tipologia de imensa difusão, a antologia poética de vários autores.

A imitação de Petrarca foi um fenómeno que infiltrou a sociedade de corte, convertendo cada cortesão num potencial poeta. Fazia parte de uma prática antropológicamente codificada pelos tratados

<sup>24</sup> Desenvolvi o assunto em *A "Arcadia" de Sannazaro e o bucolismo*, prefácio Aníbal Pinto de Castro, Coimbra, FLUC, 1996.

<sup>25</sup> Ver Amedeo Quondam, *Il naso di Laura. Lingua e poesia nella tradizione del Classicismo*, Modena/Ferrara, Panini, 1991; id., "Petrarquistas e gentis-homens", *Petrarca 700 anos*, coordenação de Rita Marnoto, Coimbra, Instituto de Estudos Italianos da FLUC, 2005, pp. 187-248; Marco Santagata, "Nascer duas vezes. Vicissitudes da lírica italiana dos primeiros séculos", *Estudos Italianos em Portugal*, n. s., 1, 2006, pp. 13-39.

de comportamento, como é o caso de *Il Cortegiano* de Baldassar Castiglione. O petrarquismo, enquanto sistema de repetição, espelhava, pois, os anseios de integração gregária de grupos sociais que só há pouco tempo tinham tido acesso ao universo das letras.

A língua do petrarquismo era, porém, uma língua escrita, escolhida de forma normativa por entre várias opções possíveis e entre muitas polémicas, uma língua que não era falada. Uma norma e uma autoridade representadas por um pai ausente, Petrarca. A língua materna, por assim dizer, era outra, era a língua que se começava a falar desde criança, a *favella*.

Nos séculos seguintes, as variedades linguísticas dialectais utilizadas por toda a Itália continuaram o seu processo de evolução ao longo de uma linha de continuidade. Algumas delas foram veículo de expressão literária. Adquiriram maior importância naqueles momentos em que o isolamento regional e a fragmentação política se fizeram sentir mais intensamente.

Por sua vez, a obra lexicográfica da Accademia della Crusca, com a publicação do seu primeiro dicionário em 1612, foi, ao longo dos tempos, um factor de estabilização do italiano. A Arcádia Romana terá sido a derradeira instituição da Itália pré-unitária a exercer um papel normalizador da língua.

Quando, em 1861, o Rei Vittorio Emanuele II da casa de Sabóia proclama o Reino de Itália, a questão da língua sobe à ribalta, mas sob uma nova perspectiva, a de uma centralidade político-administrativa até então inexistente. O italiano continuava a ser uma língua preponderantemente escrita, dominada por uma reduzidíssima percentagem de pessoas, que varia entre 2,5% e 10%, conforme os censos e o entendimento do objecto linguístico em causa. Era premente estabelecer qual a língua da Itália unida, mas a definição de uma língua a ensinar nas escolas, a usar na administração pública, etc., não era nem linear, nem evidente. Desde inícios do século XIX que, em clima romântico, se travava um vivo debate entre puristas, que advogavam um regresso à língua das três coroas; classicistas, que propunham a revitalização da linha que liga o século XIV, o século XVI e o Neoclassicismo; e os defensores da variedade dialectal, enquanto abertura a uma base cultural alargada.

Neste quadro, foi ganhando evidência a figura de Alessandro Manzoni. Não era um linguista, e muito menos um investigador

especializado, mas um escritor cujas opções, em matéria de língua, lhe tinham conferido um retumbante sucesso, com o romance *I promessi sposi*. Trabalhou afincadamente em sucessivas redacções do seu texto, entre 1821 e 1845. A sua perspectiva era essencialmente prática, dando muita importância à necessidade de encontrar um idioma comum, capaz de responder a necessidades comunicativas prementes. Milanês por nascimento, escolheu o florentino falado na contemporaneidade pelos grupos de cultura elevada como língua de eleição. Apesar de os seus escritos teóricos serem poucos, a seguir à unificação foi um actor extremamente influente no campo da política linguística.

Dada a sua popularidade como autor de *I promessi sposi*, os primeiros governos da Itália unida confiaram-lhe intervenções de destaque. O Ministro da Pubblica Istruzione, Emilio Broglio, nomeou, em 1867, uma comissão para a difusão da *buona lingua e della buona pronunzia*, presidida, precisamente, por Alessandro Manzoni. No ano seguinte, um Manzoni já em idade avançada redige a famosa *Relazione sull'unità della lingua e i mezzi per diffonderla*, na qual reafirma a importância da adopção do florentino falado na contemporaneidade como arma para neutralizar a selva dos dialectos. Elemento não despreciando deste projecto, é a transferência da capital, de Turim para Florença, em 1865.

De entre as propostas de Manzoni, ganhava relevo a sistematização lexical. Entre 1870 e 1897, saem os quatro volumes do *Novo vocabolario della lingua italiana secondo l'uso di Firenze, ordinato dal Ministero della Pubblica Istruzione, compilato sotto la presidenza del Commendatore E. Broglio*, portanto do próprio Broglio e de Giovan Battista Giorgini, e em 1887, o *Novo dizionario universale della lingua italiana*. A grande receptividade deste último deve-se em particular à adopção da grafia ortoépica e à especificação das formas fora de uso. Mas a concentração das atenções nos problemas do léxico deixou na sombra planos muito importantes, como o da sintaxe. Para além disso, são notórias, não raro, as dificuldades em determinar qual das variantes do florentino falado tomar por referência.

O programa estatal suscitou muita polémica e a sua aplicação, que tinha na rede escolar um forte baluarte, não foi fácil<sup>26</sup>. À parte a região

<sup>26</sup> Situação descrita por Tulio De Mauro, *Storia linguistica dell'Italia unita*, Bari, Laterza, 2008 [reed.].

da Toscana, não havia professores preparados para ensinar a nova língua. Nas restantes regiões de uma Itália unida, era necessário contar com o brio dos docentes, que muitas vezes procediam de forma intuitiva, por ausência de uma formação específica. O italiano era frequentemente ensinado em aulas dadas em dialecto, continuando a ser uma língua tendencialmente escrita, mas pouco usada na prática quotidiana.

Neste campo, as posições defendidas pelo linguista, formado na escola histórica alemã, Graziado Isaia Ascoli, quando vistas à distância do tempo, surpreendem pela sua clarividência. Interveio publicamente em 1873, no *Proemio* do primeiro número do *Archivio Glottologico Italiano*, por ele fundado. Coloca a tónica sobre a veleidade de impor uma língua por via legal, à margem das condições para a sua adopção. Preconiza, pois, a redução do analfabetismo, a valorização da formação cultural e a difusão da literatura dos grandes autores, como fundamento de qualquer projecto linguístico, de tal forma que, a partir dessa base, possam ser os próprios italianos a construir a sua língua de intercomunicação.

Apesar de não ter colhido o apoio oficial, a posição de Ascoli foi aquela a que o tempo conferiu a primazia. Desde logo, a transferência da capital de Florença para Roma, em 1871, debilitou os propósitos de hegemonia linguística florentina. No vinténio fascista, foi validada a introdução no italiano de muitas palavras originárias de Roma. O florentino ou, de uma forma mais geral, o toscano, está na origem das características fonéticas do italiano, servindo também de referência à flexão pronominal e à flexão verbal. Todavia, no plano lexical, a origem topológica dos vocábulos é muito diversa, com frequentes casos de geo-sinónimos. Vários foram os factores que impulsionaram esse intercâmbio, a começar pelas migrações internas e pela rápida urbanização. Fundamental foi também a acção dos meios de comunicação de massas, a imprensa periódica, logo nos primeiros anos do século XX, a rádio, a partir de 1926, e depois o cinema, que em Itália teve um êxito retumbante. No pós-Guerra, a reorganização da rede escolar e a entrada da televisão (1954) nas casas dos italianos deram mais solidez a esse processo. O italiano é, pois, uma língua de compromisso, formada a partir de uma base toscana, mas com contributos de muitas outras regiões.

A designação específica desta língua herdada através de uma tradição literária secular, codificada por gramáticas, ensinada nas escolas italianas



e no estrangeiro, e que o Decreto-lei n.º 482 declara ser a língua oficial da República italiana, suscita aos linguistas algumas perplexidades. As denominações de italiano standard, italiano comum, italiano sem adjectivação, etc., não são consensuais. A variação tem um impacto tal, que a modalidade usada é uma possibilidade expressiva entre outras. Na actualidade, as condições para a caracterização do italiano standard, por exemplo, no plano fonético, são extraordinariamente lábeis.

Poder-se-á admitir que a norma se identifica com o desempenho de um grupo de profissionais que frequentou escolas de dicção, como acontece com locutores de televisão, actores, tradutores-intérpretes, especialistas em dobragem, etc. Mas então, essa língua seria dominada por um número de pessoas extraordinariamente restrito, e o conceito de espontaneidade linguística cairia por terra, definindo-se o standard como uma abstracção didáctica. A pronúncia das oclusivas e das fricativas, para um florentino, não coincide com o standard. Já pelo que diz respeito à escrita, no ensaio, no jornalismo de difusão nacional ou na linguagem científica, as marcas da variação diatópica não têm relevo. A saber, então, como articular esta restrição diamésica e diastrática com a noção de standard, ou até que ponto é possível definir com rigor normas diversas.

Hoje em dia, considera-se que, por um lado, italiano standard, italiano comum ou italiano sem adjectivação, e, por outro lado, dialectos e falares regionais, são os pontos extremos de uma espiral ao longo da qual se vão desenvolvendo múltiplos fenómenos de intersecção. Essa linha tem duas grandes referências, os dialectos italianizados e os italianos regionais, mas é afectada por muitos fenómenos de descontinuidade.

Os primeiros, os dialectos italianizados, são resultado da tendência para um uso menos intenso das variantes diatópicas, com o conseqüente avanço do italiano. O italiano funciona, pois, como um superstrato que se sobrepõe parcialmente ao dialecto. Os planos mais expostos à italianização são o lexical e o semântico, ao passo que o fonético e o morfológico mostram maior estabilidade, sendo as modificações introduzidas, ou não, no plano sintáctico, uma questão bastante discutida. Consideremos alguns exemplos de âmbito lexical, que implicam fenómenos de interferência fonética. Muitas das palavras que mais recentemente surgiram nos dialectos, provindas do italiano, servem

para designar novos referentes, como o toscano central *autobusse* (it. *autobus*); ou o lombardo *aceleradur* (it. *acceleratore*). Trata-se, porém, de um campo entre tantos outros. O siciliano é um dos dialectos que tem vindo a adoptar palavras pertencentes a campos semânticos muito diversos. Assim, *accurgirisinni*, em vez de *mintirissin'addùnu* ou *mintirissin'accùra* (it. *accorgersene*); *rriciùta*, em vez de *rriciù* ou *rricipu* (it. *ricevuta*). Quando várias designações são possíveis, tende a prevalecer a que se aproxima mais do italiano, como o piemontês *negossi* relativamente a *buteja* (it. *negozio*), o napolitano *addormentasse* relativamente a *addormisse* (it. *addormentarsi*).

Quanto ao italiano regional, ou aos italianos regionais, são as variedades de italiano que apresentam características de variação diatópica em todos os planos do código. O dialecto funciona, pois, como um substrato que influencia a língua que se lhe sobrepõe. Na Lombardia, é comum que sejam pronunciadas como fechadas as vogais tónicas de *bosco* e *sporco*, que em Florença são abertas. Mas no Piemonte, as vogais tónicas de *corsa*, *forma* e *verde* são geralmente abertas, ao passo que em Florença são tendencialmente fechadas. Nos sufixos *-etto* e *-mente*, em Nápoles e, de uma forma mais geral, no Meridiano, o [e] pronuncia-se aberto, ao contrário do que sucede no resto da Itália. Pelo que diz respeito aos sons consonânticos, na Toscana, bem como em áreas adjacentes, é extremamente difusa a aspiração das oclusivas surdas intervocálicas. A Norte da isoglossa Rimini - La Spezia, as consoantes duplas tendem a passar a simples, e não se faz duplicação sintáctica. No plano da morfossintaxe, assinala-se, para esta mesma área, o uso dominante do *passato prossimo*, mesmo quando a sua função é a de um *passato remoto*.

Segundo os dados do Istituto Nazionale di Statistica, os índices de uso do dialecto, em Itália, estão a decrescer, em concomitância com o aumento do número de pessoas que usa só ou predominantemente o italiano<sup>27</sup>. Pelo que diz respeito aos dialectófonos exclusivos, trata-se actualmente de grupos residuais, numa faixa etária avançada.

<sup>27</sup> Estes e outros dados podem ser consultados em [http://www.istat.it/salastampa/comunicati/non\\_calendario/20070420\\_00/\(Agosto-2011\)](http://www.istat.it/salastampa/comunicati/non_calendario/20070420_00/(Agosto-2011)). Convém reter, dos inquéritos linguísticos deste Instituto, os aspectos gerais, tendo em linha de conta a reduzida extensão das amostragens.

É esta a percentagem da população italiana que usa só ou predominantemente o italiano no seio da família:

1987-1988	41,5%
1995	44,4%
2000	44,1%
2006	45,5%

Correlativamente, a adopção prevalente do dialecto no seio da família, que é a situação comunicativa em que é mais usado, tem vindo a baixar:

1987-1988	32%
1995	23,8%
2000	19,1%
2006	16%

Entre estas duas margens, situa-se a percentagem das pessoas que tanto se servem do italiano como do dialecto no seio da família:

1987-1988	24,9%
1995	28,3%
2000	32,9%
2006	32,5%

Todavia, a ideia geral de que a inevitável evolução linguística ligada a factores internos e a factores externos implica um gradual definhamento dos dialectos não deverá descartar outras leituras, com referência ao caso italiano, tendo em linha de conta o processo histórico em curso, pelo menos desde a unificação. Na verdade, a riqueza do italiano, sobretudo no plano lexical, resulta de sucessivas transferências e acumulações, as quais, no tempo presente, continuam a ter grande vitalidade, dele fazendo uma língua com grande abertura à formação neológica. Dos dialectos vénetos, passaram para o italiano *ciao*, *imbranato*, ou *giocattolo*, que coexiste com *balocco*, de proveniência toscana; do romanesco, *fregarsene*, *fasullo*; do napolitano, *malocchio*, *scantinato*; do Meridão, *tamarro*.

Por finais da década de 1970, começaram a ser adoptados, nas escolas, manuais atentos às variedades regionais do italiano e aos dialectos, numa perspectiva descritiva. Aliás, nas regiões de Itália que têm um estatuto especial, o ensino pode-se fazer noutras línguas, apesar de essa opção de aprendizagem, legalmente promulgada, não atrair particularmente os jovens.

A Itália de hoje enfrenta novos desafios linguísticos, tanto no plano interno como no plano externo, ligados àquela que já foi chamada a nova ordem linguística mundial. O inquérito *Italiano 2000. Indagine sulle motivazioni e sui pubblici dell'italiano diffuso fra stranieri*, vem mostrar os novos públicos que, fora de Itália, se interessam pela aprendizagem da língua<sup>28</sup>. O italiano é a quarta ou a quinta língua estrangeira mais estudada no mundo, mas os motivos desse destaque deixaram de estar predominantemente ligados a uma cultura de nível elevado. Relacionam-se também com os estilos de vida, com a produção industrial, ou com a tradição. Dos 21 milhões de emigrantes que no século XIX saíram de Itália, um terço não regressou. Eram predominantemente dialectófonos, o que os levou a adoptar a língua do país de acolhimento como veículo de comunicação entre eles próprios, mas hoje os seus descendentes estão a recuperar o italiano. Num outro plano, para as massas de migrantes que atravessam as fronteiras italianas, vindos do Oriente europeu, do Norte de África ou de zonas hispânicas, o domínio do italiano é um importante componente da sua integração. Mas assiste-lhes também o direito de aprenderem a sua língua nativa nas escolas de Itália.

A complexidade da situação linguística italiana, aqui apresentada nos seus traços essenciais, pode ficar sintetizada numa imagem final, onde se sobrepõem a língua que em 1999 foi declarada língua oficial da República Italiana, e a primeira língua vulgar à qual foi dedicado um tratado orgânico, o *De vulgari eloquentia* de Dante Alighieri. Entre os dois planos, corre um processo histórico fruto do qual uma das suas variantes se sobrepôs às outras, por razões de prestígio linguístico-

<sup>28</sup> Que se pode consultar em <http://www.iic-colonia.de/italiano-2000/> (Agosto-2011); ver também a leitura que das suas conclusões foi feita por Massimo Vedovelli, “Nuove motivazioni e pubblici della lingua italiana”, *Estudos Italianos em Portugal*, n. s., 1, 2006, pp. 309-335.

-literário e histórico, servindo de ponto de referência para uma língua que evoluiu de forma extremamente rápida, também graças à sua imensa capacidade de inclusão. Ou seja, de ser uma língua que, entre Unificação e República, é causa pública.

# ÍNDICE

INTRODUÇÃO	5
1. LÍNGUA E LITERATURA	
Armando Gnisci, “De que falamos quando falamos de Literatura Comparada. Uma disciplina para a República”	9
Rita Marnoto, “O italiano, uma língua para a Itália unida”	23
Clelia Bettini, “Italia Anno Zero. Breve storia di una letteratura fondata sul lavoro”	47
Omar Calabrese, “Dieci parole che hanno confuso l’Italia”	65
2. HISTÓRIA DAS INSTITUIÇÕES	
Giuseppe Galasso, “Poder e instituições em Itália”	101
Massimo Morigi, “Uma guerra semântica infinita. O <i>polemos</i> da Itália dos séculos XIX e XX entre pátria, nação e república”	117
Marco Gomes, “Subsídios para a compreensão do fenómeno máfia em Itália”	143
Nando dalla Chiesa, “A legalidade difícil. Sobre política e justiça (e não só) na Itália republicana”	159
3. ITÁLIA E PORTUGAL. CONFLUÊNCIAS	
Jorge Pais de Sousa, “Os futuristas e a República”	187
Rui Manuel de Figueiredo Marcos, “A presença italiana na evolução do direito português”	241
AUTORES	251

